

Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações

Roosenberg Rodrigues Alves – Mestrando da UCG

Resumo

A eterna mudança das sociedades humanas e de seu reajuste a novas condições tem sido o enredo principal da História. Enquanto ciência, mais do que captar o passado, o conhecimento histórico se encarrega de dar conta da explicação das variações e transformações vividas pela humanidade ao longo do tempo e do espaço. É nesse contexto, que o presente artigo, o qual se enquadra no estilo de revisão bibliográfica, busca expor algumas teorias a cerca do estudo de família no Brasil a fim de compreender sua gestação e transformação ao longo da historia brasileira .

Palavras – Chave: Patriarcal, Família,

A eterna mudança das sociedades humanas e de seu reajuste a novas condições tem sido o enredo principal da História. Enquanto ciência, mais do que captar o passado, o conhecimento histórico se encarrega de dar conta da explicação das variações e transformações vividas pela humanidade ao longo do tempo e do espaço. É nesse contexto, que o presente artigo, o qual se enquadra no estilo de revisão bibliográfica, busca expor algumas teorias a cerca do estudo de família no Brasil a fim de compreender sua gestação e transformação ao longo da historia brasileira .Temas como a família patriarcal , nuclear e suas evoluções serão destacados nesse trabalho.

Ao estudarmos grande parte da historiografia voltada para o estudo de família no Brasil, percebemos que a pesquisa é, de certa forma, recente. Só a partir das primeiras décadas do século XX serão iniciados os primeiros estudos, que, de um lado, tendem a afirmar que a família pode ser considerada a instituição social fundamental, da qual dependem todas as demais e, de outro, podem se vincular a dois posicionamentos conceituais específicos, que retomam três modelos básicos de família – a patriarcal, a nuclear e a atual¹. São eles: um primeiro, que se projeta a partir do modelo da família

¹ Embora esses sejam hoje os três grandes modelos a partir dos quais se estuda a família e sua história, é interessante lembrar aqui algumas das origens que caracterizam esses modelos(RIGONATTI, 2003): da família romana, por exemplo, temos a autoridade do chefe da família, em que a submissão da esposa e dos filhos ao pai confere ao homem o papel de chefe; da família medieval, perpetua-se o caráter

patriarcal como um modelo histórico da família brasileira; e um segundo, em que este modelo é revisto.

Outros autores simplesmente destacam a importância da família enquanto instituição Da Matta (1987), por exemplo, conclui que a família no Brasil - colônia era considerada uma instituição indispensável para a vida social. Afirmando que quem não fizesse parte de um círculo familiar praticamente não sobrevivia socialmente, sendo malvisto, renegado ou ignorado. Neste momento histórico, a noção de indivíduo, na cultura brasileira, ainda não havia se enraizado, e o bem-estar social significava antes de tudo o pertencimento a algum grupo familiar. O vínculo familiar era, portanto, cultuado como um valor indissolúvel e vigorava associado à idéia de prestígio social. “Quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia” (Da Matta, 1987, p.125).

Gilberto Freire (1951, 1973) pesquisou e relatou a história da sociedade brasileira no período da colonização, explicitando como a nossa família, tanto no campo como na cidade, se formou a partir do regime patriarcal² e sob a influência da miscigenação de três culturas: indígena, européia e africana³. Nesse contexto, desenvolveu-se uma estrutura social em que a família funcionava como um núcleo composto pelo chefe da família (patriarca), sua mulher, filhos e netos, que eram os representantes principais; e um núcleo de membros considerados secundários, formados por filhos ilegítimos (bastardos) ou de criação, parentes, afilhados, serviçais, amigos, agregados e escravos. No comando tanto do grupo principal como do secundário, estava o patriarca, responsável por cuidar dos negócios e defender a honra da família, exercendo

sacramental do casamento originado no século XVI; da cultura portuguesa, temos a solidariedade, o sentimento da sensível ligação afetiva, abnegação e desprendimento.

² Estudos demonstram que esse modelo patriarcal descrito por Freire foi considerado por várias gerações de estudiosos (historiadores, antropólogos e sociólogos brasileiros) como critério e medida de valor para compreendermos a vida familiar ao longo do tempo (Samara, 2002). E, assim como ele, também Sérgio Buarque de Holanda (1982) e Antonio Candido (1951) descreveram o conceito de família patriarcal como o modelo das famílias de norte a sul do país, durante três séculos de sua história, segundo as características da grande parentela, sistema hierárquico, autoridade paterna prevalecente, monogamia e indissolubilidade do casamento.

³ Darcy Ribeiro, Roberto Da Matta e Oliveira Viana, entre outros, pensaram nessa formação a complexidade da nossa sociedade. Somos mestiços originados da expansão européia do século XVI e do contato inédito entre povos americanos, europeus e africanos. Esse processo proporcionou a formação de uma população diferenciada que não pode negar a existência de elementos culturais diversos. Dessa forma, a constituição da família brasileira se daria a partir da formação de seu povo. Estas e outras questões encontram-se envolvidas na cultura e nas pessoas que aqui vivem, sendo repassadas às gerações através do processo educacional e da forma como se é criado.

autoridade sobre toda a sua parentela e demais dependentes que estivessem sob sua influência.

Ainda dentro deste sistema patriarcal, desenvolveu-se o costume da primogenitura, em que o filho mais velho herdava todas as terras do pai. Se a família fosse composta de mais de um filho, os outros seriam encaminhados aos estudos para se formarem médicos, advogados ou mesmo padres, caso sua formação fosse religiosa. (Cotrim 2005, p.54)

No caso das meninas, na maioria das vezes elas eram encaminhadas aos conventos, onde aprendiam a ler, cantar, escrever e bordar, enquanto não se casassem. Caso ficassem solteiras, a família deixaria um dote em dinheiro, escravos ou outros bens, que seriam entregues ao convento que conduziria a jovem à vida religiosa.

Quanto aos escravos, sua família geralmente era configurada de forma complexa e até violenta no interior das senzalas, pois a disputa pela aquisição de uma esposa era bastante acentuada, dado que o número de homens era superior ao de mulheres. Apesar de existirem escravos de diferentes grupos étnicos africanos, homens e mulheres preferiam se casar com indivíduos da mesma etnia. É importante ressaltar que os casamentos não ocorriam somente no interior das senzalas e tampouco apenas entre escravos, pois os alforriados que viviam nas cidades também se casavam. Ademais, não eram raros na sociedade colonial casais de negros libertos deixarem seus filhos para seus antigos senhores criarem. Isso acontecia, na maioria das vezes, devido às precárias condições de vida em que os libertos se encontravam, não tendo condições de criar seus filhos. (Cotrim2005,p.55.)

Durante os três primeiros séculos, talvez um pouco mais, o matrimônio era algo extremamente restrito a poucas famílias, pois sua realização implicava um alto custo e o enquadramento em uma acentuada burocracia eclesiástica. A acentuada burocracia e a necessidade de grande soma em dinheiro acabaram afastando a população pobre do casamento, ficando este restrito a uma elite branca que via nele um símbolo de prestígio e estabilidade social. Desta forma, para a maioria da população pobre, restaram as uniões simples consideradas ilegais pela Igreja Católica. Essa complexidade para consolidar matrimônios considerados legais na Colônia refletiu muito da própria estrutura social da época. Ronaldo Vainfas fala sobre o casamento em sua obra *Trópico dos Pecados* (1989, p.42)

“ O processo matrimonial era caro, lento e complicado, exigindo dos nubentes variados documentos e grandes despesas, incluindo certidões de batismo necessárias para a comprovação de idade núbil, atestados de residência importantes para o exame dos contratantes que tivessem residido em outras paróquias, e certidões de óbito do primeiro cônjuge no caso de viúvos, essenciais para evitar as freqüentes bigamias daquela época.”

Se, por um lado, a Igreja Católica mostrou-se rígida com as uniões consideradas ilegais, pois considerava o casamento um sacramento, por outro o Estado português mostrou-se tolerante com as uniões consideradas ilícitas pelo clero: para as autoridades lusitanas, o interessante era a reprodução de mão-de-obra, o que não dependia da constituição de uma legalidade entre um homem e uma mulher.

Samara (2002) afirma que a família brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, com suas normas, costumes e tradições familiares por sua vez influenciados pela sociedade européia, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência.

Nesse mesmo sentido, Costa (1989) aponta que a política econômica de Portugal foi decisiva na organização da família colonial brasileira. A estratégia mercantilista trouxe como conseqüência a multiplicação de favores e privilégios aos senhores rurais. A metrópole interessada no lucro fácil sem investimentos instigou a iniciativa privada dos colonos que trataram de impor a ordem social e econômica que mais lhes beneficiasse. Na prática, esta autonomia permitiu aos proprietários de terra governarem sozinhos nos três primeiros séculos de colonização.

No Brasil - Colônia, "família" passou a ser sinônimo de organização familiar latifundiária, o que provocou a instalação dessa sociedade do tipo paternalista, em que as relações de caráter pessoal assumiram vital importância. Nesse contexto, Samara enfatiza que a família patriarcal era a base deste sistema mais amplo "por suas características quanto à composição e relacionamento entre seus membros, [que] estimulava[m] a dependência na autoridade paterna e a solidariedade entre os parentes".⁴ (2002, p.73)

⁴ Darcy Ribeiro, em *O povo brasileiro* (1995) dá conta de que o velho costume indígena de incorporar estranhos à sua comunidade representava para o português recém-chegado a aquisição imediata, através do casamento, de uma multidão espantosa de parentes. Sem essa prática, conhecida como *cunhadismo*,

Entretanto, quem era esse patriarca orgulhoso, a quem se submetiam todos? Era o grande senhor rural, proprietário de terras incomensuráveis, onde se plantavam as bases da economia brasileira: café, cacau, cana-de-açúcar e outras grandes lavouras. Não havia comunidades sólidas, sindicatos, clubes ou outros órgãos que congregassem pessoas de interesses similares. A grande família patriarcal, ocupava todos esses espaços. E o que não fosse provido por ela representava um corpo estranho e indesejável. O próprio Estado, que, enquanto ordem pública, deveria estar acima das questões familiares, esbarrava nestas quando necessitava intervir. Mas os governantes sabiam que essa família exclusivista, dobrada sobre si mesma e extremamente organizada, era, por sua vez, o sustentáculo do Estado, pois impedia que a população, tão escassa e quase nômade, se diluisse neste imenso país.

A família patriarcal era, portanto, a espinha dorsal da sociedade e desempenhava os papéis de procriação, administração econômica e direção política. Na casa-grande, coração e cérebro das poderosas fazendas, nasciam os numerosos filhos e netos do patriarca, traçavam-se os destinos da fazenda e educavam-se os futuros dirigentes do país. Cada um com seu papel, todos se moviam segundo intensa cooperação. A unidade da família devia ser preservada a todo custo, e, por isso, eram comuns os casamentos entre parentes. A fortuna do clã e suas propriedades se mantinham assim indivisíveis sob a chefia do patriarca. (Freire,1933.p).

Percebe-se, então, que a família patriarcal era o mundo do homem por excelência. Crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados, cuja maior aspiração eram as boas graças do patriarca. A situação de mando masculino era de tal natureza que os varões não reconheciam sequer a autoridade religiosa dos padres. Assistiam à missa, sem a menor manifestação daquela humildade cristã do crente (própria, aliás, das mulheres), assumindo sempre ares de proprietário da capela, protetor da religião, bom contribuinte da Igreja. Jamais um orgulhoso varão se dignaria a beijar as mãos de um clérigo. Não que o contrário não acontecesse, porém, se assim o fosse, seria exceção, diferentemente das esposas e filhas. Nesse universo masculino, os filhos

seria impraticável a criação do Brasil. De fato, ela é fundamental para a defesa do território e à organização da economia colonial além dos muros casa grande e senzala.

mais velhos também desfrutavam imensos privilégios, especialmente em relação aos seus irmãos. E os homens em geral dispunham de infinitas regalias, a começar pela dupla moral vigente, que lhes permitia aventuras com criadas e ex-escravas, desde que fosse guardada certa discrição, enquanto que às mulheres tudo era proibido, desde que não se destinasse à procriação. na vida religiosa". (Cotrim 2005,p.57)

Sem dúvida a família patriarcal foi um modelo de suma importância na sociedade colonial deixando raízes em nosso cotidiano. Entretanto, estudos mais recentes, como os de Eni de Mesquita Samara (1983) e Ângela Mendes de Almeida (1987), entre outros, revelam que o modelo de família patriarcal não se manifestou de forma homogênea na América portuguesa, pois outros modelos, estruturas e relações também constituíram-se, variando de acordo com a cultura, a região e a condição social de seus indivíduos.

Por exemplo, se a denominação da "família patriarcal" serviu de base para a historiografia brasileira caracterizá-la como sinônimo de família extensa, devido aos estudos de Gilberto freire e Oliveira Vianna” pesquisas mais recentes têm evidenciado que estas não foram as predominantes, mas, sim, aquelas com estruturas mais simplificadas e menor número de integrantes: famílias pequenas, famílias de solteiros e viúvos, famílias de mães e filhos sem pais, famílias de escravos. Ou seja, também no passado a noção de família se alterava conforme os grupos sociais e as regiões do país. Os escravos forros viviam de um jeito; o poderoso da elite senhorial, de outro. O que não variava era o hábito, muito comum, de integrarem amigos e parentes á família. (Priore, M. L. M. 2006.)

No entanto, pesquisadoras posteriores as quais tiveram acesso a outros dados que anteriormente não eram vistos como fontes históricas e que hoje em dia são, principalmente devido o avanço dos estudos culturais, tiveram interpretações diferenciadas dos clássicos interpretadores da família patriarcal brasileira. Nessa perspectiva enquadra as historiadoras Samara (1983) e Correa (1982) às quais exploraram a história da família brasileira, ampliando a visão dos dados históricos, reelaborando os estudos anteriores, e reavaliando esses critérios até então utilizados. As investigações dessas autoras enfraqueceram as convicções de diversos historiadores, antropólogos e sociólogos que consideravam a família brasileira unicamente patriarcal. Na verdade, este modelo, até então, era considerado mais do que primordial. Ignoravam-se outras possíveis estruturas familiares que se organizaram em função do

tempo, do espaço ou de algumas características sociais. Estes estudos e pesquisas, iniciados a partir de meados dos anos 80, demonstraram existir outras configurações familiares que coexistiram com, ou mesmo predominaram sobre o modelo patriarcal. A descrição da família patriarcal latifundiária de Freire (1951, 1973), portanto, não deve ser considerada como a única representação plausível para a família brasileira ao longo de sua história. Segundo Samara (2002), a descrição das famílias extensas do tipo patriarcal de Freire foi predominante nas áreas de lavoura canavieira nordestinas, sendo inapropriadamente utilizada para as demais regiões, sem levar em conta etnias, temporalidades, grupos sociais, contextos econômicos regionais, razão de sexo e movimento da população.

Por exemplo, relativamente ao papel da mulher dentro da família durante os três primeiros séculos, percebe-se certo exagero por parte dos historiadores e romancistas quando colocam o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa. Existiam na realidade variações de comportamento de acordo com os diferentes níveis sociais das mulheres. A própria natureza do sistema patriarcal e a divisão de trabalho entre o marido e a esposa criaram, de certo modo, condições para a afirmação da personalidade feminina, dada a sua influência direta junto à família. De acordo com Samara (1989) não são raros os exemplos de mulheres que, por ausência do marido ou viuvez, zelaram pelo patrimônio da família, gerindo propriedades e negócios. A esposa transformada em chefe domiciliar por morte do marido deveria, no entanto, justificar juridicamente esse encargo. Entretanto, é preciso também assinalar que, embora os estudos mostrem algumas evidências da liberdade de ação das mulheres, estas são incipientes e não podem representar o todo, já que esta liberdade era limitada pela concordância do homem. (Samara,1989.p.)

Dessa forma, a família nuclear também teve grande importância no processo de formação da sociedade brasileira. Este tipo de estrutura familiar difere da tradicional família patriarcal, pois é composta apenas pelo núcleo principal representado pelo chefe da família (pai), sua esposa e os seus descendentes legítimos.

Nessa trajetória teórica não podemos deixar de expor Philippe Áries (1991.) o qual anuncia, em seu livro *História Social da Criança e da Família*, essas transformações relações família/sociedade a partir de meados do século XVIII, na Europa, quando a sociedade começou a manter a família “à distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona mais extensa da vida particular”. Isso significou literalmente fechar

a porta da casa ao mundo externo, criando-se outras portas dentro da própria casa a fim de separar os cômodos uns dos outros e isolar a criadagem em áreas separadas. A visita à casa ocorria apenas a convite do dono. A reorganização da casa e a reforma dos costumes deixaram um espaço maior para a intimidade, que foi preenchida por uma família reduzida aos pais e às crianças, e da qual se excluía os criados, os clientes e os amigos. A preocupação maior com a formação dos filhos passou a canalizar a maior parte da energia da família e, sendo o estudo privilégio de poucas pessoas, essa educação dos filhos também passou a depender muito da experiência de vida dos próprios pais.

No decorrer da histórica brasileira, o início das transformações da configuração familiar patriarcal clássica para essa configuração mais moderna, denominada nuclear ocorreu a partir da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro e o início de uma vida social na Colônia. Almeida (1987,p.8-13) relata que a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil (1808) trouxe consigo a influência árabe exercida sobre os portugueses, cuja característica era levar a família e a mulher para fora de casa. Ademais, a Corte também estabeleceu oportunidades de estudos e outras formas de ascensão social aos segmentos masculinos mais jovens da população. Sendo assim, a família patriarcal teria se transformado ao longo do século XIX, com filhos menos dependentes do poder patriarcal (com a possibilidade de carreiras autônomas ou políticas).

Posteriormente, no final do século, a influência da burguesia industrial européia atuaria no sentido inverso, levando a mulher para dentro de casa, para ser a "rainha do lar".

Na família nuclear brasileira, historicamente falando, quando seus componentes se casavam, constituíam sua própria família em outro domicílio. Eram raros os casais que agrupavam genros, noras e netos em torno de seus filhos casados, o que nos leva a crer que, na família nuclear, diferentemente da patriarcal, não havia um total poder de mando por parte do chefe da família. Se o comando do lar era responsabilidade da mulher, pois esta deveria administrar o lar e educar os filhos, a ausência do homem era comum em seu domicílio, devido à sua dedicação aos negócios, o que acabava diminuindo-lhe a autoridade paterna.

O chefe da família cuidava dos negócios e tinha, por princípio, preservar a linhagem e a honra familiar, procurando exercer sua autoridade sobre a mulher, filhos e

demais dependentes. As mulheres, depois de casadas, passavam da tutela do pai para a do marido, cuidando dos filhos e da casa no desempenho das atividades domésticas. Segundo Costa (1989), a permanência da mulher no interior da casa devia-se, antes de mais nada, à sua função econômica.

“Dependendo juridicamente, afetivamente, moralmente e religiosamente do marido, prestava-se docilmente a organizar a produção econômica da casa, supervisionando o trabalho escravo. Mão-de-obra gratuita, a mulher permitiu por muito tempo a auto-suficiência das residências, fenômeno necessário ao despotismo senhorial sobre a cidade (...). A dona de casa era enfermeira, médica, sacerdote e professora, distribuindo medicamentos em caso de doenças, ensinando aos filhos as primeiras letras e cumprindo uma enorme quantidade de obrigações religiosas (terços, novenas, promessas, entre outros)” (Costa 1989, p.93.)

Durante o século XIX, o desenvolvimento econômico no Sul do país provocado pela cafeicultura e alguns acontecimentos políticos importantes (Independência em 1822 e República em 1889), aliados à abolição da escravatura e à chegada de imigrantes, acentuaram o desenvolvimento urbano e a geração de papéis sociais informais, enfraquecendo o sistema patriarcal brasileiro e a sua rigidez, com as tarefas divididas entre homens e mulheres.

Nas primeiras décadas do século XX, as indústrias começam a se desenvolver, incrementando a oferta de trabalho fabril e burocrático. Ocorre alguma inserção feminina nestes mercados, e as mulheres passam a exercer funções remuneradas combinadas às atividades domésticas. Tanto mulheres solteiras trabalhavam quanto mães e donas de casa, que passaram, então, a contribuir com a renda familiar (Samara, 2002).

No entanto, Samara (1986) também ressalta que, no recenseamento de famílias de 1936, era pequeno o universo das famílias com coabitantes, parentes, amigos e afilhados. Esta mudança redundou num confinamento maior da mulher ao ambiente doméstico, ficando com a responsabilidade total pelos cuidados dos filhos e da casa, enquanto o marido provia o sustento da família.

Desta forma, a realização da mulher se dava através do marido e filhos: seu "status" social era o do marido e suas qualidades pessoais valorizadas pela sua capacidade de gerenciar o lar e formar os filhos para se tornarem cidadãos honestos e honrados para servir a sociedade.

Ainda no século XX, esta mudança lenta, porém evidente, da configuração da família evidenciou-se pelo menos na prática, já que teoricamente a autoridade ainda permanecia nas mãos do sexo masculino. Observa-se, então, a existência de dois quadros: de um lado, as mulheres da família mais abastadas, ocupadas com bordados, músicas, filhos observados por empregados; de outro, as mais pobres, de participação mais ativa nos negócios, contribuindo com recursos para a manutenção da casa.

Em São Paulo, de acordo com Samara (1989, p.98), "além das atividades avulsas (doceiras, engomadeiras, cozinheiras e costureiras) apareceram teares domésticos (rendeiras e tecelãs) e as pequenas indústrias".

Assim, as significativas mudanças que ocorreram na sociedade brasileira modificaram a estrutura da família. Sua transformação de sociedade rural, na qual predominava a família patriarcal e fechada em si mesma, para uma sociedade de bases industriais, mesmo que incipientes, com as suas implicações de mobilidade social, geográfica e cultural, acarretou transformações igualmente marcantes na estrutura do modelo tradicional de família. (Almeida, 1987.)

Da segunda metade do século XX em diante, outras transformações, mais radicais, aconteceriam: saída da mulher para o mercado de trabalho, a educação dos filhos, a impessoalidade nas relações sociais, o controle de natalidade e o enfraquecimento dos laços de parentesco são as grandes mudanças apontadas sobre a família moderna. (Almeida, 1987.)

Em todo o mundo, o conceito de família nuclear e a instituição casamento intimamente ligada à família se modificaram. A expressão mais marcante dessas transformações ocorreu no final da década de 60: cresceu o número de separações e divórcios, a religião foi perdendo sua força, não mais conseguindo segurar casamentos com relações insatisfatórias. A igualdade passou a ser um pressuposto em muitas relações matrimoniais.

A partir daí, surgem inúmeras organizações familiares alternativas: casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas "produções independentes" tornam-se mais frequentes; e, mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos. Chegamos ao século XXI com a

família pluralista, como tem sido chamada, pelos tipos alternativos de convivência que apresenta.

Outra característica relevante da família contemporânea é a tendência cada vez mais reduzida de seu tamanho. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2006 confirmou que o número médio de pessoas por família passou de 3,6 pessoas, em 1996, para 3,2 pessoas, em 2006. No Brasil, 67,6% das famílias, em 2006, eram compostas de pai, ou mãe, e filhos, independentemente da presença de outros parentes. Mas, em 1996, esse percentual era de 73,3% (IBGE, 2007). Outro aspecto marcante foi a redução do número de filhos por mulher. Em 2006, das 32,7 milhões de mulheres com filhos, 30,9% tinham um filho; 33,3%, dois filhos; e 35,8%, três filhos ou mais. No entanto, em 1996, esses percentuais eram de 25,0%, 30,1% e 44,9%, respectivamente (IBGE, 2007).

Hoje em dia alguns periódicos trazem artigos de diversas áreas de estudo os quais tendem a debaterem e afirmarem que, nas últimas décadas, a instituição família passa-se por uma “crise” em decorrência de vários fatores, entre os quais, destacamos: à baixa taxa de fecundidade, ao aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, à crescente proporção da população com mais de 60 anos. Juntamente a esses fatores, o declínio do casamento e à banalização das separações também são fatores constituintes da tal “crise”. Entretanto, o que caracteriza esse processo não é propriamente o enfraquecimento da instituição família, mas o surgimento de novos modelos familiares, de novas relações entre os sexos, numa perspectiva igualitária, mediante o maior controle da natalidade e a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho, entre outros aspectos. (Almeida.1987,p.13-17)

Dados do IBGE (2007) demonstram que a composição das famílias brasileiras, especialmente nas últimas três décadas, vem passando por várias alterações do ponto de vista demográfico e, embora tais alterações ocorram de forma diferenciada nas diversas regiões do país, algumas ocorrem de forma mais ou menos similar, como a redução da natalidade e o aumento da longevidade das pessoas. As estatísticas demonstram portanto, que as famílias vêm se tornando menores e com um número maior de idosos em sua composição.

Outra característica interessante se manifesta nas famílias das camadas mais empobrecidas. A realidade de composição familiar é bem diferente do modelo tradicional de família nuclear, em que o pai é o provedor, a mãe cuida da casa e os

filhos estudam. De acordo com o IBGE a partir do ano 2000, elevou-se o número de núcleos familiares compostos apenas por mulheres e seus filhos menores e também o número de indivíduos e mesmo de famílias moradores de rua.

E por fim percebe-se a existência, principalmente nas grandes cidades e suas regiões metropolitanas de famílias vivendo em situações especiais de risco, com doenças, desemprego, conflitos conjugais intensos, envolvimento em atividades ilícitas e problemas com a polícia, dependência de drogas, distúrbios mentais, entre outros. Levando-nos que são incapazes de manter os cuidados necessários de seus membros, por isso necessitando a atenção diferenciada do Estado para garantir os direitos de cidadania das crianças, idosos e deficientes físicos que nelas coexistem.(

Conclusão.

Diante da superficial porém objetiva leitura a respeito do tema sobre Família Patriarcal e nuclear: Conceito, características e transformações. Percebe-se, entre outras coisas, que tal estudo está manifestado a partir de duas interpretações diferenciada , onde num primeiro momento o modelo de família patriarcal como sendo um modelo histórico de família brasileira. E um segundo, onde este modelo é revisto e posicionado de maneira a crer que existiram vários outros modelos conceituais de família.

No entanto, é bem notável na história e literatura tradicional, a falta da citações, nas produções científicas e literárias, de outras composições familiares nos primeiros séculos de formação do povo brasileiro. Dando a entender que somente o modelo interpretativo criado e perpetuado ao longo de nossa historia, pelos clássicos: Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Euclides da Cunha, entre outros, fossem irrevogáveis.

Contudo, percebe-se também que o avanço da pesquisa científica no mundo principalmente com o grupo de Cambridge representados pelos pesquisadores Peter Laslet (1977) e grupo liderado por Philippe Áries, entre outros, que foram um dos influenciadores na construção, posteriormente, de uma geração de pesquisadores de família que já trabalharam com fontes e recursos mais ampliados entre os quais citamos as pesquisadoras brasileiras: Ângela Mendes De Almeida, Eni Maria De Mesquita, entre outras, as quais aprofundaram nas leituras das fontes ampliando as visões da matriz familiar criando assim novos conceitos e interpretações sobre o modelo patriarcal retratado por freire em suas obras.

A respeito dos aspectos mais sociológicos da história de família percebi que esta sofre fortes influências políticas, econômicas, sociais e culturais, ocasionando mudanças nos papéis e nas relações em seu interior, bem como alterando sua estrutura no que diz respeito à composição familiar. Graças a sua grande capacidade de ajustar-se às novas exigências do meio, a família tem conseguido sobreviver, a despeito das intensas crises sociais. Ela é ainda a matriz mais importante do desenvolvimento humano e também a principal fonte de saúde de seus membros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS :

ALMEIDA, Ângela (1987) “*Notas sobre a Família no Brasil*”. In: ALMEIDA, A.M.et al (orgs.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio: Espaço e Tempo/UFRRJ, p. 53-66.

ARIÉS, Philippe. & DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia das Letras, v.3, 1991, p.7-19.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal. 1983.

CORRÊA, Mariza. “Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil”. In: CORRÊA, M. (Org.). *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao Estudo da Emancipação Política. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 11 ed. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 64-125.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p.3-87.

HOLANDA, Sérgio Buarque de.. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989, p. 12-40.

PRADO JR., Caio. Sentido da Colonização. In: *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 19-32.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977 (Caps. 1, 5 e 12, p. 1-14, 104-125.)

PRADO JR., Caio. Sentido da Colonização. In: *Formação do Brasil contemporâneo (Colônia)*. São Paulo: Brasiliense, 1976, p. 19-32.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Briguiet & Cia., 1931.

PRIORE, Mary del. Monstros e maravilhas no Brasil Colonial. In: *Esquecidos por*

Deus. Monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PEIXOTO, C. E.; CICCHELLI, V. Sociologia e antropologia da vida privada na Europa e no Brasil. Os paradoxos da mudança. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. (Orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.7-

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Mineiridade: ensaio de caracterização*. São Paulo: Abril, FIAT, 1981.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados - Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

VIANNA, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2005 [1ª ed.: 1920].